

**Unimed São Carlos – Cooperativa de  
Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro  
de 2020 e de 2019 e o relatório dos auditores  
independentes**



## **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o relatório dos auditores independentes**

### **Sumário**

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....</b>	<b>2</b>
Demonstrações financeiras	
<b>Balancos patrimoniais.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto .....</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras .....</b>	<b>10</b>

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da  
**Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinados, cujo relatório, datado de 9 de março de 2020, continha ressalva sobre as contas a receber de cooperados (IN 48 ANS); a atualização dos débitos tributários parcelados.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 29 de janeiro de 2021.

**Moore Prisma Auditores e Consultores**  
CRC 2SP017256/O-3



**Ricardo Aurélio Rissi**  
CRC 1SP137183/O-8



www.unimedsaocarlos.com.br  
 Rua Vicente Pelicano, 945  
 13571-000 - Azulville - São Carlos - SP  
 T. (16) 2107-7333



## Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>117.560</b>	<b>82.364</b>	<b>Circulante</b>		<b>69.661</b>	<b>51.798</b>
Disponível		459	457	14	<b>23.101</b>	<b>18.955</b>	
Realizável		<b>117.101</b>	<b>81.907</b>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		479	547
Aplicações financeiras	5	<b>82.683</b>	<b>62.454</b>	Provisão para remissão		2.127	2.021
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		24.066	23.667	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		7.810	4.490
Aplicações Livres		58.617	38.787	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		12.685	11.897
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	<b>6.563</b>	<b>4.742</b>	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		<b>4.754</b>	<b>2.982</b>
Contraprestações pecuniárias a receber		3.026	3.133	Débitos de operações de assistência à saúde		283	388
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		226	219	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		4.462	2.587
Operadoras de planos de assistência à saúde		3.258	1.390	Operadoras de planos de Assistência à Saúde		9	7
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		53	-	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		1.205	1.716
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	7	2.640	4.909	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora		15	4.533
Créditos tributários e previdenciários		6.420	4.676	Tributos e encargos sociais a recolher	15	4.533	10.447
Bens e títulos a receber	8	18.507	4.855	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	15.252	16
Despesas antecipadas		20	23	Débitos diversos	17	20.725	17.566
Conta corrente com cooperados		268	248	Conta corrente com cooperados		91	116
<b>Não circulante</b>		<b>115.762</b>	<b>113.901</b>	<b>Não circulante</b>		<b>45.165</b>	<b>38.267</b>
Realizável a longo prazo		<b>14.766</b>	<b>33.488</b>	14	<b>1.931</b>	<b>2.467</b>	
Aplicações Livres	5	9.349	-	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		533	567
Depósitos judiciais e fiscais	9	5.249	6.457	Provisão para remissão		1.398	1.900
Conta corrente com cooperados	10	168	27.031	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		<b>10.608</b>	<b>8.848</b>
Investimentos	11	<b>5.067</b>	<b>3.729</b>	Provisões		627	654
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		4.016	3.729	Provisões para Tributos Diferidos		18	9.981
Participações em outras sociedades		4.016	3.729	Provisões para Ações Judiciais	18	9.981	8.194
Outros investimentos		1.051	-	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	649	21.061
Imobilizado	12	<b>91.221</b>	<b>72.763</b>	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	28.606	-
Imóveis de uso próprio		<b>24.490</b>	<b>25.685</b>	Débitos diversos	17	3.371	5.891
Hospitalares		18.541	19.451				
Não hospitalares		5.949	6.234	<b>Patrimônio líquido</b>	20	<b>118.496</b>	<b>106.200</b>
Móveis de uso próprio		<b>15.915</b>	<b>15.293</b>	Capital social integralizado		15.144	14.576
Hospitalares		7.362	7.987	Reservas:		<b>87.047</b>	<b>57.635</b>
Não hospitalares		8.553	7.306	Fundo de reserva		81.838	54.251
Imobilizações em curso		47.137	28.832	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		2.299	2.115
Outras imobilizações: hospitalares		3.679	2.953	Reserva de reavaliação		910	1.269
Intangível	13	4.708	3.921	Reserva para contingência		2.000	-
				Sobras à disposição da AGO		16.305	33.989
<b>Total do ativo</b>		<b>233.322</b>	<b>196.265</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>233.322</b>	<b>196.265</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

### Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
<b>Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde</b>		<b>355.338</b>	<b>328.232</b>
Ingressos com operações de assistência à saúde		363.978	336.161
Ingressos de contraprestações líquidas/prêmios retidos		363.876	335.991
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		102	170
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(8.640)	(7.929)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>21</b>	<b>(257.278)</b>	<b>(248.970)</b>
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(256.490)	(246.154)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(788)	(2.816)
<b>Sobra das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>98.060</b>	<b>79.262</b>
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		418	418
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		28.717	55.675
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	<b>23</b>	20.300	44.368
Outros ingressos/ receitas operacionais		8.417	11.307
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(105)	(39)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(10.019)	(5.269)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	<b>24</b>	(5.421)	(3.203)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.576)	(1.497)
Provisão para perdas sobre créditos		(3.022)	(569)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	<b>25</b>	(25.081)	(37.395)
<b>Resultado bruto</b>		<b>91.990</b>	<b>92.652</b>
Dispêndios/ despesas com comercialização		(2.085)	(1.067)
Dispêndios/ despesas administrativas	<b>26</b>	(40.559)	(44.927)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>27</b>	<b>798</b>	<b>1.820</b>
Ingressos/ receitas financeiras		4.576	5.821
Dispêndios/ despesas financeiras		(3.778)	(4.001)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>396</b>	<b>476</b>
Ingressos/ receitas patrimoniais		396	509
Dispêndios/ despesas patrimoniais		-	(33)
<b>Sobra antes da tributação e das participações</b>		<b>50.540</b>	<b>48.954</b>
IRPJ	<b>28</b>	(2.455)	(3.481)
CSLL	<b>28</b>	(925)	(1.298)
Diferidos		26	-
Participações sobre o lucro		(1.561)	(1.948)
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b>45.625</b>	<b>42.227</b>
Utilização da RATES		2.115	4.631
Realização de reserva de reavaliação		412	77
Realização IN 20		(22.897)	(6.601)
Transferência resultado com terceiros - RATES		-	-
Constituição de reservas para contingências		(2.000)	-
Tributos diferidos sobre reavaliação		(53)	-
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 10%		(4.598)	(4.230)
RATES – 5%		(2.299)	(2.115)
<b>Sobras à disposição da AGO</b>		<b>16.305</b>	<b>33.989</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



[www.unimedsaocarlos.com.br](http://www.unimedsaocarlos.com.br)  
Rua Vicente Pelicano, 945  
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP  
T. (16) 2107-7333



## Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

### Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobra líquida do exercício	45.625	42.227
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>45.625</u></b>	<b><u>42.227</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Fundo de reservas	Reserva para contingências	RATES	Sobras (perdas) à disposição da AGO	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>14.360</b>	<b>1.320</b>	<b>38.635</b>	-	<b>4.631</b>	<b>15.386</b>	<b>74.332</b>
Deliberação da AGO de 18/03/2019:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Incorporação das sobras em Fundo de reservas	-	-	11.386	-	-	(11.386)	-
Integralização de capital	792	-	-	-	-	-	792
Baixas de capital	(576)	-	-	-	-	-	(576)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	26	-	-	-	-	26
Realização da reserva de reavaliação	-	(77)	-	-	-	77	-
Realização do RATES	-	-	-	-	(4.631)	4.631	-
Amortização IN 20	-	-	-	-	-	(6.601)	(6.601)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	42.227	42.227
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	-	-	2.115	(2.115)	-
Fundo de reservas	-	-	4.230	-	-	(4.230)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>14.576</b>	<b>1.269</b>	<b>54.251</b>	-	<b>2.115</b>	<b>33.989</b>	<b>106.200</b>
Deliberação da AGO de 27/07/2020:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(11.000)	(11.000)
Incorporação das sobras em Fundo de reservas	-	-	22.989	-	-	(22.989)	-
Integralização de capital	609	-	-	-	-	-	609
Baixas de capital	(41)	-	-	-	-	-	(41)
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	53	-	-	-	(53)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(412)	-	-	-	412	-
Realização do RATES	-	-	-	-	(2.115)	2.115	-
Amortização IN 20	-	-	-	-	-	(22.897)	(22.897)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	45.625	45.625
Constituição de Reserva para contingências - <i>Ad Referendum</i>	-	-	-	2.000	-	(2.000)	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	-	-	2.299	(2.299)	-
Fundo de reservas	-	-	4.598	-	-	(4.598)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.144</b>	<b>910</b>	<b>81.838</b>	<b>2.000</b>	<b>2.299</b>	<b>16.305</b>	<b>118.496</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico

### Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	425.430	435.320
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	637.156	634.532
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	2.542	3.363
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.622	8.498
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(218.960)	(231.632)
(-) Pagamento de Comissões	(1.240)	(215)
(-) Pagamento de Pessoal	(65.501)	(61.263)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(4.154)	(3.729)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(13.962)	(9.826)
(-) Pagamento de Tributos	(24.018)	(26.416)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(21.006)	(6.289)
(-) Pagamento de Aluguel	(471)	(362)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.154)	(1.044)
(-) Aplicações Financeiras	(671.655)	(649.864)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(62.568)	(61.823)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(8.939)</b>	<b>29.250</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo imobilizado - Hospitalar	-	2
(+) Recebimentos de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimentos de Dividendos	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(25.245)	(8.763)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(6.992)	(4.190)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	(7)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(32.237)</b>	<b>(12.958)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
(+) Integralização Capital em Dinheiro	-	792
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	45.000	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	42	969
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(648)	(646)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.214)	(12.987)
(-) Pagamento de Participação de Resultados	(1.288)	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de financiamento	(714)	(4.576)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>41.178</b>	<b>(16.448)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>2</b>	<b>(156)</b>
<b>Saldo disponível Inicial</b>	<b>457</b>	<b>613</b>
<b>Saldo disponível Final</b>	<b>459</b>	<b>457</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>2</b>	<b>(156)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



[www.unimedsaocarlos.com.br](http://www.unimedsaocarlos.com.br)  
Rua Vicente Pelicano, 945  
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP  
T. (16) 2107-7333



## Unimed São Carlos – Cooperativa Trabalho Médico

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

## 1 Contexto operacional

A Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em São Carlos - SP, que contava com 500 cooperados no final de 2020 (371 em 2019), tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, que se proponham a associar serviços para o exercício da econômico-social sem finalidade lucrativa, exercendo seu papel na saúde suplementar como operadora de plano de assistência à saúde, no segmento de cooperativa médica, defendendo os profissionais de saúde no contexto deste mercado de trabalho.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de valor determinado (preestabelecidos) e por serviços prestados (pós-estabelecidos), a serem atendidos pelos médicos associados e pela rede credenciada.

A Cooperativa conta com um Hospital 24 horas, quatro laboratórios, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, um Centro de Apoio a Crianças Viver Bem Pediátrico para atendimento especial para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Paralisia Cerebral (PC), Saúde Ocupacional Unimed (SOU) e o centro administrativo localizados no município de São Carlos, um Posto de atendimento na cidade de Descalvado, um Posto de atendimento na cidade de Ibaté para atendimento aos conveniados e particulares.

### 1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Cooperativa adotou medidas e ações para combater a disseminação do novo Coronavírus logo que foi declarada a pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi criado um Comitê de Crise com o objetivo de avaliar os impactos e riscos relativos aos negócios da Cooperativa. Foram desenvolvidos e implantados planos de contingência para manter a operação assegurando o bem-estar e saúde dos beneficiários, colaboradores e cooperados. Ações de comunicação e orientação em relação aos hábitos de higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, necessários para prevenção e controle do novo Coronavírus, foram realizadas por meio de cartazes, panfletos, mídias sociais, blog Coronavírus, meios de comunicação impressos e televisivos, lives e e-mails. Instalação de barreiras nos locais de atendimentos aos beneficiários, em refeitórios para os colaboradores e prestadores de serviços contratados. Houve também mudanças de fluxo de atendimento de pacientes com sintomas respiratórios e outros sintomas e também mudança de prédio para os atendimentos ortopédicos e infantil. Suspensão de todas as cirurgias eletivas com continuidade de agendamento de cirurgias de urgências e oncológicas. Um dos laboratórios Unimed Unilab foi destinado para testagem e diagnóstico do novo Coronavírus. Realizados Teleorientação médica, Teleatendimento, para apoio aos beneficiários com idade acima de 60 anos com o projeto “Fique em Casa”, suporte emocional de avaliação e sessões psicoterápicas e a criação do projeto de humanização “Esse sou Eu”.



[www.unimedsaocarlos.com.br](http://www.unimedsaocarlos.com.br)  
Rua Vicente Pelicano, 945  
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP  
T. (16) 2107-7333



Com os colaboradores foram realizadas ações de trabalho home office, reuniões online, distribuição de máscaras, ações educativas sobre o novo Coronavírus, investimentos em Equipamento de Proteção Individual (EPI), orientações e treinamentos internos de Paramentação e Desparamentação de EPIs.

Com os cooperados foram realizados cursos de capacitação para treinar as habilidades de manejo com pacientes com a Covid-19 e criação de book de protocolos assistenciais, com a população foram efetuadas ações de comunicação constante, participação em projetos sociais como o programa de mapeamento do novo Coronavírus na cidade de São Carlos, o “Testar para Cuidar”.

Esse rol de ações, visando a segurança de beneficiários, colaboradores, cooperados e da comunidade, teve impacto direto no caixa da cooperativa, cujo investimento foi de R\$ 6,6 milhões com a medicamentos hospitalares, compra de testes Covid-19, materiais de proteção, gastos com pessoal como horas extras, plantões e contratações para substituição nos casos de afastamentos, alterações estruturais e equipamentos de uso em pacientes de Covid-19. O aumento de custo de materiais e medicamentos utilizados nas cirurgias de rotinas elevaram a sinistralidade após a volta as rotinas no segundo semestre de 2020.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a Administração da Cooperativa adotou medidas como: contenção de despesas das áreas administrativas, adotou a modalidade de trabalho home office, realizou o desenvolvimento de novos produtos, laboratórios e outros tipos de materiais e aumento do estoque de materiais e medicamentos de 20 dias para 90 dias (anestésicos, medicamentos, aventais, luvas, máscaras, macacão etc.).

A receita bruta da operadora em 2020 foi menor que a orçada em 3,1%. As perdas financeiras das aplicações em fundo ocorridas no primeiro semestre de 2020 devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), contribuíram com a variação negativa de 56% do resultado financeiro líquido de 2020 em relação a 2019.

Para o exercício de 2021, devido às incertezas causadas pela pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19), a provável revogação de benefícios fiscais que poderá ocasionar aumento expressivo em medicamentos e DMI – Dispositivos médicos implantáveis. A Administração da Cooperativa possui a expectativa de crescimento de até 12,4% de suas receitas e da margem líquida, tendo como base o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Cooperativa.

Está prevista a conclusão da fase I do Hospital Unimed Unidade 2 que compreende: 1 pronto atendimento ginecológico e obstétrico, 1 pronto atendimento infantil, 1 centro de diagnóstico tomografia, ultrassom e raio x, 1 centro cirúrgico com 4 salas onde serão realizadas cirurgias de baixa complexidade, 1 centro cirúrgico obstétrico com 2 salas, 49 leitos clínicos/cirúrgicos, 24 leitos maternidade, 10 leitos unidade de terapia intensiva - UTI neonatal, central de abastecimento e farmácia. Para a fase II o investimento será de R\$25 milhões que compreende Centros de Hemodiálise, Hemodinâmica e Infusão; UTI adulto, Laboratório, Leitos para internação e setor administrativo.

## 2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

## 3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 29 de janeiro de 2021.

### b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### c Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

### d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da

Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

## 4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

#### a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**b Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

**c Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas como:

**Livres**: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

**Garantidoras de provisões técnicas**: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**d Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**e Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

**f Investimentos**

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

## **g Imobilizado**

### **g.1 Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

### **g.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **g.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **h Intangível**

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

## **i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

**j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

**j.1 Provisão para remissão**

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

**j.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS**

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

**j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar**

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

**j.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA**

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

**j.5 Outras Provisões**

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

**k Empréstimos e financiamentos a pagar**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**l Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

**m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**n Imposto de renda e contribuição social**

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

**o Atos cooperativos e não cooperativos**

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as Operadoras e seus associados, e pelas Operadoras entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

#### **p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

#### **q Capital social**

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

#### **r Apuração das sobras ou perdas**

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

## 5 Aplicações financeiras

<b>Modalidade</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)</b>		
Santander - Fundo Saúde ANS RF	17.719	17.369
Banco BTG - FI / RF CP	3.087	6.089
Bradesco - FI / RF ANS	213	209
XP Investimentos - ANS FIM CP	1.528	-
Banco Safra - SAS - SAF ANS FI MM C	1.519	-
	<b>24.066</b>	<b>23.667</b>
<b>Aplicações livres - circulante</b>		
Fundo investimento	29.044	21.909
Aplicações em fundos de renda variável (ii)	14.830	11.674
CDB PLUS	14.107	4.588
CDB RDB	636	616
	<b>58.617</b>	<b>38.787</b>
	<b>82.683</b>	<b>62.454</b>
<b>Aplicações livres - não circulante</b>		
Fundo investimento (iii)	3.021	-
CDB RDB (iii)	6.328	-
	<b>9.349</b>	-

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 14, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.
- (ii) As aplicações em fundos de rendas variáveis, são aplicações financeiras de alta liquidez com remuneração de, aproximadamente, 130% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (iii) As aplicações financeiras livres classificadas no ativo não circulante, são aplicações que tem como objetivo garantir a operação de financiamento junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme nota explicativa nº 16.

## 6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2020	2019
<b>Contraprestações pecuniárias</b>		
Plano individual	5.703	5.400
Plano coletivo	4.710	3.271
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(7.387)	(5.538)
	<b>3.026</b>	<b>3.133</b>
<b>Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis</b>		
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	691	570
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(465)	(351)
	<b>226</b>	<b>219</b>
<b>Operadoras de planos de assistência à saúde</b>		
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	4.565	1.407
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(1.254)	(17)
	<b>3.311</b>	<b>1.390</b>
	<b>6.563</b>	<b>4.742</b>

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

## 7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	1.809	3.406
Auto Gestão a receber (ii)	1.356	1.938
Outras contas a receber (iii)	22	78
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iv)	(547)	(513)
	<b>2.640</b>	<b>4.909</b>

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimeds.
- (ii) Composto por valores a receber de convênios de auto-gestão.
- (iii) Substancialmente composto por glosas em discussão e outros créditos operacionais de prestação de serviço médico hospitalar.
- (iv) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

## 8 Bens e títulos a receber

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Estoque de materiais e medicamentos (i)	5.642	3.541
Títulos a receber	27	27
Outros créditos a receber		
Adiantamentos (ii)	12.686	1.106
Cheques a receber	693	761
Outras contas a receber	332	240
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(873)	(820)
	<b>18.507</b>	<b>4.855</b>

(i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Estoque matriz	1.947	942
Hospital Unimed São Carlos	2.934	2.112
UNILAB - Laboratório de Análises Clínicas	493	423
Estoque em poder de 3º - Santa Casa de São Carlos	64	32
Maternidade	5	7
NAPS	189	20
Unilab Ouro - Laboratório de Análises Clínicas	9	5
Unifácil	1	-
	<b>5.642</b>	<b>3.541</b>

(ii) Substancialmente composto por adiantamento de verbas salariais, adiantamento a fornecedores e adiantamentos a prestadores.

## 9 Depósitos judiciais e fiscais

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (i)	3.092	2.791
Depósitos judiciais tributários (ii)	920	2.477
Depósitos judiciais - Multas Administrativas ANS	632	560
Depósitos judiciais atendimento clientes (i)	326	326
Deposito judicial (INSS) s/ produção dirigentes	203	203
Depósitos judiciais trabalhistas (i)	31	55
Baixa de título de beneficiário por depósito judicial	45	45
Créditos em discussão judicial	619	850
(-) PPSC - Créditos em discussão	(619)	(850)
	<b>5.249</b>	<b>6.457</b>

(i) Os depósitos judiciais foram feitos para fazer face a ações cíveis e trabalhistas que estão em processo judicial. Foi constituída provisão para contingência no passivo não circulante no mesmo montante, conforme nota explicativa nº 18.

- (ii) Em outubro de 2020, a Cooperativa, realizou a baixa de R\$ 1.566, o saldo foi convertido em redução do saldo devedor dos débitos parcelados pela Lei 11.941/09 conforme nota explicativa nº 15. O saldo remanescente está em discussão junto ao fisco para liberação de sua utilização.

## 10 Conta corrente cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a receber de cooperados IN 48 ANS (i)	<u>168</u>	<u>27.031</u>

Em 2019 o saldo era composto pelos débitos parcelados através da Instrução Normativa DIOPE nº 20/2008, alterada pela Instrução Normativa DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011 (IN ANS 20 e 48), a forma de as Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem obrigações legais como definidas há época pela NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). De maneira geral, determinou que as obrigações legais, principal, juros e outros encargos fossem registrados a débito do resultado do exercício social corrente naquele período, somente para o exercício de 2008 e de 2011, permitiu que as Operadoras, classificadas na modalidade de Cooperativas Médicas, transferissem para seus cooperados a responsabilidade de pagamento das obrigações legais, desde que deliberado pela Assembleia Geral Ordinária relativa àquele exercício social, através da contabilização a débito do ativo não circulante (realizável a longo prazo) e a crédito da conta de sobras ou perdas acumuladas. A Cooperativa, na forma estabelecida pela IN ANS 20 e 48, transferiu o montante das sobras ou perdas acumuladas no patrimônio líquido para o ativo não circulante, na rubrica de créditos a receber de cooperados.

A Cooperativa passou a exigir dos cooperados os valores correspondentes aos pagamentos das obrigações legais relacionadas e durante o exercício de 2020 foram amortizados o montante de R\$22.897 (em 2019 R\$ 6.601) em contrapartida de sobras à disposição da AGO.

## 11 Investimentos

### a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Participações em instituições reguladas</b>		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.497	1.497
Unimed Participações	1.156	943
Central Nacional Unimed	600	544
Federação Nordeste Paulista	55	55
Aliança Nacional Cooperativista	4	4
(-) Aliança Nacional Cooperativista	(4)	(4)
	<u>3.308</u>	<u>3.039</u>
<b>Outros investimentos</b>		
Fundo de investimento imobiliário	1.050	-
Unicred São Carlos	709	690
	<u>1.759</u>	<u>690</u>
	<u>5.067</u>	<u>3.729</u>

**b Movimentação dos investimentos**

<u>Descrição</u>	<u>1º/1/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa/ estorno</u>	<u>Ajuste a valor justo</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa/ estorno</u>	<u>Ajuste a valor justo</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Participações em instituições reguladas</b>									
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.487	91	(81)	-	1.497	-	-	-	1.497
Unimed Participações	802	47	-	94	943	213	-	-	1.156
Central Nacional Unimed	209	-	-	336	544	56	-	-	600
Unimed Federação Nordeste Paulista	55	-	-	-	55	-	-	-	55
	<b>2.553</b>	<b>138</b>	<b>(81)</b>	<b>430</b>	<b>3.039</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.308</b>
<b>Outros investimentos</b>									
SICOOB Unimais	612	-	-	78	690	-	-	19	709
Fundo de investimento imobiliário	-	-	-	-	-	1.001	-	49	1.050
	<b>612</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78</b>	<b>690</b>	<b>1.001</b>	<b>-</b>	<b>68</b>	<b>1.759</b>
	<b>3.165</b>	<b>138</b>	<b>(81)</b>	<b>508</b>	<b>3.729</b>	<b>1.270</b>	<b>-</b>	<b>68</b>	<b>5.067</b>

## 12 Imobilizado

### a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	517	-	517	519
Edificações	4%	31.264	(7.291)	23.973	25.165
Instalações	4% a 12%	4.635	(2.366)	2.269	3.079
Máquinas e equipamentos	2% a 20%	12.218	(6.286)	5.932	5.710
Veículos	10% a 20%	796	(494)	302	348
Móveis e utensílios	3% a 12%	7.616	(4.216)	3.400	3.719
Computadores e periféricos	2% a 20%	9.318	(5.103)	4.215	2.438
Imobilização em curso (i)	-	46.934	-	46.934	28.832
Outras imobilizações	20%	9.767	(6.088)	3.679	2.953
		<b>123.065</b>	<b>(31.844)</b>	<b>91.221</b>	<b>72.763</b>

- (i) O saldo está substancialmente composto pela aquisição do imóvel da antiga Casa de Saúde através de arremate em leilão ocorrido em agosto de 2017, acrescidos de investimentos realizados nos exercícios de 2020 e de 2019 com o início das obras da Fase 1 que compreende: 1 pronto atendimento ginecológico e obstétrico, 1 pronto atendimento infantil, 1 centro de diagnóstico tomografia, ultrassom e raio x, 1 centro cirúrgico com 4 salas onde serão realizadas cirurgias de baixa complexidade, 1 centro cirúrgico obstétrico com 2 salas, 49 leitos clínicos/cirúrgicos, 24 leitos maternidade, 10 leitos unidade de terapia intensiva - uti neonatal, central de abastecimento e farmácia.

**b Movimentação do custo histórico**

<u>Descrição</u>	<u>1º/1/2019</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos	517	-	-	2	519	-	-	(2)	517
Edificações	30.612	136	-	515	31.263	1	-	-	31.264
Instalações	3.297	-	-	1.661	4.958	-	-	(323)	4.635
Máquinas e equipamentos	10.192	765	(3)	41	10.995	1.223	-	-	12.218
Veículos	601	148	(148)	148	749	47	-	-	796
Móveis e utensílios	6.821	240	(8)	223	7.276	336	-	4	7.616
Computadores e periféricos	5.805	935	(28)	94	6.806	2.512	-	-	9.318
Imobilização em curso	21.931	8.307	(332)	(1.074)	28.832	17.779	-	323	46.934
Outras imobilizações	8.881	217	-	(1.272)	7.826	1.945	-	(4)	9.767
	<b>88.657</b>	<b>10.748</b>	<b>(519)</b>	<b>338</b>	<b>99.224</b>	<b>23.842</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>123.065</b>

**c Movimentação da depreciação acumulada**

<u>Descrição</u>	<u>1º/1/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2020</u>
Edificações	(4.599)	(1.195)	-	(304)	(6.098)	(1.193)	-	-	(7.291)
Instalações	(1.216)	(682)	-	19	(1.879)	(487)	-	-	(2.366)
Máquinas e equipamentos	(4.761)	(1.081)	2	555	(5.285)	(1.001)	-	-	(6.286)
Veículos	(562)	(86)	88	159	(401)	(93)	-	-	(494)
Móveis e utensílios	(3.002)	(711)	5	151	(3.557)	(659)	-	-	(4.216)
Computadores e periféricos	(3.934)	(947)	28	485	(4.368)	(802)	-	67	(5.103)
Outras imobilizações	(2.419)	(1.039)	-	(1.415)	(4.873)	(1.148)	-	(67)	(6.088)
	<b>(20.493)</b>	<b>(5.741)</b>	<b>123</b>	<b>(350)</b>	<b>(26.461)</b>	<b>(5.383)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(31.844)</b>

### 13 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2020		2019
		Custo	Amortização acumulada	Total
Software	20%	<u>10.863</u>	<u>(6.155)</u>	<u>4.708</u>
				<u>3.921</u>

#### a Movimentação do intangível

Descrição	1º/1/2019	Aquisição/ Adição	Baixa	Transferência	31/12/2019	Aquisição/ Adição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Custo histórico	6.674	2.390	(180)	(337)	8.547	2.320	(6)	2	10.863
(-) Amortização acumulada	(3.385)	(1.601)	11	349	(4.626)	(1.529)	-	-	(6.155)
	<u>3.289</u>	<u>789</u>	<u>(169)</u>	<u>12</u>	<u>3.921</u>	<u>791</u>	<u>(6)</u>	<u>2</u>	<u>4.708</u>

## 14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Provisão para remissão (i)</b>						
Provisão para remissão	479	533	1.012	547	567	1.114
	<b>479</b>	<b>533</b>	<b>1.012</b>	<b>547</b>	<b>567</b>	<b>1.114</b>
<b>Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)</b>						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	2.127	1.398	3.525	2.021	1.900	3.921
	<b>2.127</b>	<b>1.398</b>	<b>3.525</b>	<b>2.021</b>	<b>1.900</b>	<b>3.921</b>
<b>Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)</b>						
Cooperados	934	-	934	1	-	1
Serviços credenciados	5.627	-	5.627	3.629	-	3.629
intercâmbio	1.249	-	1.249	860	-	860
	<b>7.810</b>	<b>-</b>	<b>7.810</b>	<b>4.490</b>	<b>-</b>	<b>4.490</b>
<b>Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)</b>						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	12.685	-	12.685	11.897	-	11.897
	<b>12.685</b>	<b>-</b>	<b>12.685</b>	<b>11.897</b>	<b>-</b>	<b>11.897</b>
	<b>23.101</b>	<b>1.931</b>	<b>25.032</b>	<b>18.955</b>	<b>2.467</b>	<b>21.422</b>

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A Cooperativa, ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido contabilizados pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão com metodologia própria baseada em Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela ANS.



www.unimedsaocarlos.com.br  
Rua Vicente Pelicano, 945  
13571-000 - Azulville - São Carlos - SP  
T. (16) 2107-7333



## 15 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	1.462	-	1.462	1.372	-	1.372
PIS/COFINS/CSLL Retido	701	-	701	707	-	707
IRRF	793	-	793	804	-	804
IRPJ	201	-	201	48	-	48
ISS	277	-	277	359	-	359
COFINS	288	-	288	-	-	-
FGTS	422	-	422	364	-	364
CSLL	81	-	81	25	-	25
PIS	47	-	47	-	-	-
Outros impostos e taxas	9	-	9	1	-	1
REFIS - Parcelamento ISS - obrigações legais IN 20 (i)	167	-	167	392	163	555
REFIS - Parcelamento PIS/COFINS - obrigações legais IN 20 (ii)	-	-	-	6.293	20.183	26.476
Tributos federais – PERT PIS/COFINS (iii)	85	649	734	82	715	797
	<b>4.533</b>	<b>649</b>	<b>5.182</b>	<b>10.447</b>	<b>21.061</b>	<b>31.508</b>

- (i) Em 2009 a Cooperativa fez adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, com base na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreu em junho de 2011 e o saldo devedor foi dividido em 160 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa IPCA até 31 de dezembro de 2020.
- (ii) Em 2009 a Cooperativa fez adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, com base na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreu em junho de 2011 e o saldo devedor foi dividido em 160 parcelas mensais. Em 2020, a Cooperativa realizou a captação de empréstimos e a conversão de depósitos judiciais em renda para a quitação do respectivo parcelamento, realizada no mês de outubro, conforme notas nº 9 e 16.
- (iii) A Cooperativa aderiu ao pedido de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 13.946, de 24 de outubro de 2017 (PERT), cujo saldo líquido das antecipações foi consolidado em dezembro de 2018 e seu valor residual foi dividido em 145 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2020.

## 16 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2020			2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	Outubro de 2023	16.300	30.406	46.706	16	-	16
(-) Juros a apropriar	-	(1.048)	(1.800)	(2.848)	-	-	-
		<b>15.252</b>	<b>28.606</b>	<b>43.858</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>16</b>

As garantias são avalistas, alienação fiduciária de títulos de crédito e bens móveis. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades.

## 17 Débitos diversos

Descrição	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	8.613	6.709
Obrigações com pessoal	8.653	7.623
Parcelamento PGFN (i)	2.656	2.579
Multas administrativas parceladas	132	129
Outros débitos a pagar	671	526
	<b>20.725</b>	<b>17.566</b>
<b>Não circulante</b>		
Multas administrativas parceladas	850	962
Parcelamento PGFN (i)	1.549	4.084
Outras receitas antecipadas	972	845
	<b>3.371</b>	<b>5.891</b>
	<b>24.096</b>	<b>23.457</b>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, referente ao arremate do imóvel da antiga Casa de Saúde de São Carlos na cidade de São Carlos no valor total de R\$ 19.028 em agosto de 2017. Foi pago o montante de R\$ 8.903 no ato da negociação e o restante dividido em 59 parcelas mensais. O saldo devedor está devidamente atualizado pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2020.

## 18 Provisões judiciais

Descrição	2020	2019
Contingência Cível (i)	6.669	5.795
Contingência tributária (ii)	2.765	1.811
Trabalhistas/indenizatórias (i)	344	385
Outras contingências (iii)	203	203
	<b>9.981</b>	<b>8.194</b>

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

- (i) Composto por ações indenizatórias movidas por beneficiários, ex-empregados e prestadores de serviço. Enfatizando a ação indenizatória do processo 0002096-46.2017.8.26.0566 em face do exequente Espólio de Carlos Eduardo Formigoni que acusa estar impossibilitado de exercer seu ofício ou profissão. Para esse caso específico foi feito depósito judicial no montante de R\$ 2.134 classificados no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 9.
- (ii) Correspondente a créditos de imposto de renda retido na fonte compensados que posteriormente foram glosados pela Receita Federal do Brasil. A Cooperativa não efetuou nenhum depósito judicial para cobertura deste saldo.
- (iii) As outras contingências correspondem aos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente e para qual há depósito judicial efetuado na totalidade da provisão conforme nota explicativa nº 9.

## 19 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações passivas no montante de R\$ 3.342, conforme demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Cíveis	2.884	3.150
Trabalhistas/indenizatórias	458	323
Outras contingências	-	128
	<b>3.342</b>	<b>3.601</b>

A Administração da Cooperativa, com base no parecer da assessoria jurídica, que avaliou o risco de perda desses processos como sendo possível, não constituiu nenhuma provisão para perdas.

## 20 Patrimônio Líquido

### a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, poderão ser atribuídos juros nunca superiores a 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa continha o valor de R\$ 633 de capital a integralizar.

**b Destinações estatutárias**

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

**c Reserva de reavaliação**

Refere-se a reavaliação dos bens do ativo imobilizado registrado com base em laudo de peritos especializados. A realização da reserva de reavaliação (depreciação e baixa do ativo imobilizado) é registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

**d Sobras à disposição da AGO**

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Durante o exercício de 2020 foram amortizados o montante de R\$ 22.897 (6.601 em 2019) em contrapartida de sobras à disposição da AGO referentes aos valores correspondentes aos pagamentos das obrigações legais relacionadas a IN 48, conforme nota explicativa nº 10.

Por decisão do Conselho de Administração o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2020 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 16.305 conforme demonstração do resultado.

## 21 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2020	2019
<b>Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados</b>		
<b>Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pré pagamento</b>		
Consulta médica	(22.295)	(27.113)
Exames	(94.703)	(84.810)
Terapias	(3.864)	(4.006)
Internações	(83.924)	(84.767)
Outros atendimentos ambulatoriais	(2.243)	(1.835)
Demais despesas médicas hospitalares	(19.468)	(20.813)
Sistema Único de Saúde - SUS	(944)	(1.722)
	<b>(227.441)</b>	<b>(225.066)</b>
<b>Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pós pagamento</b>		
Consulta médica	(5.611)	(4.321)
Exames	(9.060)	(6.145)
Terapias	(935)	(458)
Internações	(10.717)	(8.176)
Outros atendimentos ambulatoriais	(451)	(159)
Demais despesas médicas hospitalares	(2.275)	(1.829)
	<b>(29.049)</b>	<b>(21.088)</b>
	<b>(256.490)</b>	<b>(246.154)</b>
<b>Varição da provisão para eventos ocorridos e não avisados</b>		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(788)	(2.816)
	<b>(788)</b>	<b>(2.816)</b>
	<b>(257.278)</b>	<b>(248.970)</b>

## 22 Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta				Outros atendimentos	Demais despesas	Total
	Médica	Exames	Terapias	Internações			
Rede própria	1.569	25.209	153	17.813	17	3.355	48.116
Rede contratada	5.038	6.925	1.295	4.681	819	2.033	20.791
Reembolso	47	128	29	133	1	61	399
Intercâmbio eventual	184	735	12	1.778	-	135	2.844
	<b>6.838</b>	<b>32.997</b>	<b>1.489</b>	<b>24.405</b>	<b>837</b>	<b>5.584</b>	<b>72.150</b>

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

## 23 Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde

Descrição	2020	2019
Prestação de serviço com intercâmbio eventual	13.723	36.131
Prestação de serviço para Auto Gestão	8.714	10.756
Outras receitas com prestação de serviço	9	8
	<b>22.446</b>	<b>46.895</b>
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	(2.146)	(2.527)
	<b>20.300</b>	<b>44.368</b>

## 24 Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde

Descrição	2020	2019
Assistência médica cooperado	(1.987)	(1.747)
Seguros a beneficiários	(966)	(1.040)
INSS Patronais	(305)	(416)
Gastos com capacitação para hospital II (i)	(1.113)	-
Provisão para contingência	(1.050)	-
	<b>(5.421)</b>	<b>(3.203)</b>

(i) Refere-se aos gastos administrativos do HUSC II (Hospital Unimed São Carlos Unidade 2) em construção no valor de R\$ 722 e R\$ 391 referente gastos administrativos da unidade em implantação Viver Bem Pediátrico.

## 25 Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Prestação de serviços - Outros	(12.079)	(26.282)
Prestação de serviços para Auto gestão	(7.000)	(6.943)
Serviços de remoção atendimento urgência e emergência	(4.192)	(4.225)
Despesa com empregados - Saúde Ocupacional Unimed	(1.414)	-
Produção de cooperados, contratados	(351)	(551)
Outras despesas com prestação de serviço e operacionais	(291)	(26)
Despesa com serviços de terceiros - Saúde Ocupacional Unimed	(196)	-
Medicina ocupacional - Intercâmbio	(27)	(31)
(-) Dedução de despesas com prestação de serviços - outros	469	663
	<b>(25.081)</b>	<b>(37.395)</b>

## 26 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2020	2019
Pessoal	(24.324)	(26.399)
Serviços de terceiros	(4.747)	(4.157)
Localização e funcionamento	(4.834)	(4.562)
Provisão para contingência	(570)	(2.102)
Publicidade e propaganda	(1.339)	(1.361)
Contribuições a confederações	(1.229)	(1.212)
Impostos e taxas diversas - Federal	(461)	(1.092)
Diversas	(3.055)	(4.042)
	<b>(40.559)</b>	<b>(44.927)</b>

## 27 Resultado financeiro líquido

Descrição	2020	2019
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.768	3.600
Juros e multa por recebimento em atraso	984	918
Atualização monetária - Obrigações legais IN 20 (i)	290	905
Atualização monetária	117	18
Descontos obtidos	380	251
Outros	37	129
	<b>4.576</b>	<b>5.821</b>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Juros e atualização	(2.692)	(2.140)
Atualização monetária - Obrigações legais IN 20 (i)	(290)	(905)
Despesas financeiras	(79)	(198)
Outros	(717)	(758)
	<b>(3.778)</b>	<b>(4.001)</b>
	<b>798</b>	<b>1.820</b>

- (i) Correspondente a atualização do saldo devedor dos parcelamentos de PIS, COFINS e ISS, cuja contrapartida é a conta de créditos a receber de cooperados relacionados à IN 48, conforme nota explicativa nº 10.

## 28 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Sobras antes dos tributos</b>	48.979	47.006
<b>Adição/ exclusões</b>		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(37.602)	(33.674)
(+) Adições	1.291	1.222
(-) Exclusões	(259)	(128)
<b>Base de cálculo</b>	<u>12.409</u>	<u>14.426</u>
Imposto de renda - 15%	(1.861)	(2.164)
Adicional do imposto de renda - 10%	(1.217)	(1.419)
Dedução PAT	74	87
Dedução FUMCAD/FMI	17	15
Adicional do imposto de renda de exercícios anteriores (i)	532	-
<b>Imposto de renda</b>	<u>(2.455)</u>	<u>(3.481)</u>
Contribuição social - 9%	(1.117)	(1.298)
Contribuição social de exercícios anteriores (i)	192	-
<b>Contribuição social - 9%</b>	<u>(925)</u>	<u>(1.298)</u>

(i) No exercício de 2020 a Cooperativa revisou a base de cálculo do IRPJ e da CSLL referente ao exercício de 2019 e apurou recolhimento a maior, que foi devidamente reconhecido em 31 de dezembro de 2020.

## 29 Informações sobre corresponsabilidade cedida e corresponsabilidade assumida em 2019 e 2020

### a Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência médico-hospitalar (grupo 31171)

	Preço pré-estabelecido		Preço pós-estabelecido	
	2020	2019	2020	2019
<b>1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido</b>				
1.1 - Planos individuais/familiares antes da lei	66	1.083	163	215
1.2 - Planos individuais/familiares depois da lei	-	-	13.443	9.322
1.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	26	1
1.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	10.124	10.159
1.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	-	-
1.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	7	30.787	23.625
	<u>66</u>	<u>1.090</u>	<u>54.543</u>	<u>43.322</u>
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>				
2.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	-	-
2.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	-	-
2.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	-	1
2.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	-	886	1.144
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>886</u>	<u>1.145</u>
	<u>66</u>	<u>1.090</u>	<u>55.429</u>	<u>44.467</u>

**b Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico hospitalar (grupo 411X1)**

	Carteira própria		Corresponsabilidade assumida	
	2020	2019	2020	2019
<b>1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido</b>				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	1.586	2.708	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	72.150	69.965	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	1.981	1.775	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	60.301	72.801	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	1	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	85.290	75.871	5.187	706
	<b>221.308</b>	<b>223.121</b>	<b>5.187</b>	<b>706</b>
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	3	-	-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	29	-	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	308	-	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	3.426	6.098	25.623	14.650
	<b>3.426</b>	<b>6.438</b>	<b>25.623</b>	<b>14.650</b>
	<b>224.734</b>	<b>229.559</b>	<b>30.810</b>	<b>15.356</b>

### 30 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 2/5 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de três anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano podendo permanecer por quatro mandatos consecutivos de 1/3 de seus integrantes.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Parte relacionada	Natureza da operação	2020	2019
Conselho de Administração	Diárias/Honorários	2.306	2.058
Conselho de Administração	Cédula de presença	373	294
Conselho de Administração	Capital social	560	560
Conselho Fiscal	Cédula de presença	191	199
Conselho Fiscal	Capital social	167	194

## 31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 31.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

### 31.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

#### a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

**a.1 Risco de taxas de juros**

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**a.2 Risco cambial**

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

**b Riscos de crédito**

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

**b.1 Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2020	2019
Disponível		459	457
Aplicações financeiras	5	82.683	62.454
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	6.563	4.742
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	2.640	4.909
Bens e títulos a receber	8	18.507	4.855
Conta corrente com cooperados		436	27.278
		<b>111.288</b>	<b>104.697</b>

**b.2 Contas a receber e outros recebíveis**

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

**c Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

### 31.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui, aproximadamente, 40% (32% em 2019) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

### 31.4 Recursos próprios mínimos

**a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)**

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.977.014, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator "K" vigente em dezembro de 2020 corresponde a 32,58%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 2.924.711 (R\$ 2.863.714 mil em 2019) e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. A seguir, estão demonstradas as adições e deduções consideradas pela Administração para cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos:

Descrição	2020	2019
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>118.496</b>	<b>106.200</b>
<b>Deduções:</b>		
Participações Sociedades Cooperativas – Operadoras	(4.016)	(3.729)
Despesas antecipadas; e	(20)	(23)
Ativo não circulante permanente intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001, de 30 de dezembro de 2008, da DIOPE/DIPRO.	(4.708)	(3.838)
Adições - Deduções proporcionais conforme IN 50	-	164
	<b>(8.744)</b>	<b>(7.426)</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos</b>	<b>109.752</b>	<b>98.774</b>

**b Margem de solvência**

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Cooperativa conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	2020	2019
<b>Contraprestações líquidas (soma dos últimos 12 meses)</b>		
Preço pré-estabelecido (100%)	330.628	312.995
Preço pós-estabelecido (50%)	16.624	11.498
	<b>347.252</b>	<b>324.493</b>
(x) 0,20	<b>69.450</b>	<b>64.899</b>
<b>Eventos indenizáveis líquidos (média mensal dos últimos 36 meses)</b>		
Preço pré-estabelecido (100%)	658.107	649.854
Preço pós-estabelecido (50%)	41.633	29.815
	<b>699.740</b>	<b>679.669</b>
<b>Média anual dos últimos 36 meses</b>	<b>233.247</b>	<b>226.556</b>
(x) 0,33	<b>76.971</b>	<b>74.764</b>
<b>Margem se solvência</b>	<b>76.971</b>	<b>74.764</b>

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

## 32 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos impostos e participações	50.540	48.954
<b>Ajustes</b>		
Ajuste valor justo dos investimentos	(68)	(508)
Perda de investimentos	-	81
Depreciações e amortizações	6.912	7.343
Resultado na alienação de bens	6	566
Provisão para perdas sobre créditos	3.200	569
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	27	-
Provisões para ações judiciais	1.787	3.078
Variação das provisões técnicas	290	1.085
	<b>62.694</b>	<b>61.168</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos:</b>		
Aplicações livres	(29.179)	(15.477)
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(399)	4.781
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5.021)	2.592
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	2.269	(3.459)
Créditos tributários e previdenciários	(1.744)	(1.485)
Bens e títulos a receber	(13.652)	55
Despesas antecipadas	3	28
Conta corrente com cooperados	954	(895)
Depósitos judiciais	1.208	(1.468)
	<b>(45.561)</b>	<b>(15.328)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Eventos/ sinistros a liquidar	3.320	(4.305)
Receita antecipada de contraprestações	(105)	(88)
Operadoras de planos de Assist. à Saúde, outros débitos de op.com planos de assistência	1.877	242
Débitos com operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(511)	1.431
Tributos e encargos sociais a recolher	(26.326)	(6.673)
Débitos diversos	639	(524)
Conta corrente com cooperados	(25)	54
	<b>(21.131)</b>	<b>(9.863)</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(3.998)</b>	<b>35.977</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.380)	(4.779)
Participações sobre o lucro	(1.561)	(1.948)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<b>(8.939)</b>	<b>29.250</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<b>(8.939)</b>	<b>29.250</b>

## 33 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\* fim \*\*\*

**Dr. Daniel José Mendes Canedo**  
 Presidente

**Dr. Gustavo Paro**  
 Diretor Financeiro

**Robesom de Andrade Rodrigues**  
 Contador – CRC: 1SP 179445/O-7

## REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

## CONTATO

### Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75  
15º Andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900  
E moorerp@moorebrasil.com.br



[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)

---

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.